



# Prefeitura Municipal de Tatuí

## GABINETE

Av. Cônego João Clímaco, 140 – Centro – Tatuí/SP  
Fone: (15) 3259.8400 / Fax: (15) 3251.5174 – CEP 18270.540



### LEI MUNICIPAL Nº 4.018, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.

**-Institui o Bônus de Mérito de Valorização do Ensino, aos ocupantes de emprego de Professores, Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores de Creche, Professores Capacitadores e Supervisores de Ensino, do Magistério Municipal, e dá outras providências.**

**LUIZ GONZAGA VIEIRA DE CAMARGO**, Prefeito do Município de Tatuí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de setembro de 1996, na Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído o “Bônus de Mérito de Valorização do Ensino” aos ocupantes de Emprego de Professores, Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores de Creche, Professores Capacitadores e Supervisores de Ensino, do Magistério Municipal, em exercício no Ensino Fundamental e Educação Infantil.

**Parágrafo único:** Fica vedada a percepção cumulativa do “Bônus de Mérito de Valorização do Ensino” aos docentes da parceria Estado/Município que receberão o “Bônus de Mérito” pelo seu cargo através da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

**Art. 2º** O “Bônus de Mérito de Valorização do Ensino” constitui vantagem pecuniária a ser concedida uma única vez, no corrente ano, aos servidores referidos no artigo 1º desta Lei, levando-se em conta o período compreendido entre 12 de fevereiro de 2007 a 30 de novembro de 2007.

**Art. 3º** O valor do “Bônus de Mérito de Valorização do Ensino” será o resultado da divisão do valor do resíduo, se houver, pelo número de servidores do Magistério Municipal enquadrados no artigo 1º desta lei, cuja relação será encaminhada à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tatuí para fins da emissão das ordens de pagamento, inclusa na folha de pagamento do mês de Dezembro ou em folha de pagamento especialmente emitida para essa finalidade, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**§ 1º** Farão jus ao referido bônus os ocupantes dos empregos do quadro do Magistério Municipal e Professores Substitutos Efetivos que durante este ano letivo contarem com tempo de serviço igual ou superior a 90 dias no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

**§ 2º** Para fins da concessão prevista neste artigo, não serão computados os afastamentos ocorridos em virtude de férias, medida profilática, licença à gestante, à



# Prefeitura Municipal de Tatuí

## GABINETE

Av. Cônego João Clímaco, 140 – Centro – Tatuí/SP  
Fone: (15) 3259.8400 / Fax: (15) 3251.5174 – CEP 18270.540



### **LEI MUNICIPAL Nº 4.018, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.**

adoção, à paternidade, nojo, gala, participação em programas de desenvolvimento profissional implementados pela Secretaria da Educação, Júri e outros serviços obrigatórios por lei.

**§ 3º** O valor do bônus a ser outorgado será o resultado da divisão do valor do resíduo, se houver, pelo número de servidores enquadrados nos incisos anteriores, cuja relação será encaminhada à Secretaria da Fazenda e Finanças da Prefeitura Municipal de Tatuí para fins da emissão das competentes ordens de pagamento.

**Art. 4º** O Poder Executivo definirá os critérios para o pagamento do “Bônus de Mérito da Valorização do Ensino” aos servidores que estiverem enquadrados no artigo 1º desta Lei.

**Art. 5º** A importância paga a título de “Bônus de Mérito de Valorização do Ensino” não se incorpora aos vencimentos para nenhum efeito e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária, incidindo sobre a referida importância a contribuição previdenciária e o imposto de renda pessoa física, segundo as regras da legislação pertinente.

**Art. 6º** A data-base para consolidação de todas as situações funcionais e ocorrências a serem consideradas para fins de concessão do “Bônus de Mérito de Valorização do Ensino” será 1º de Dezembro de 2007.

**Art. 7º** As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado abrir para o corrente exercício, créditos suplementares, mediante a utilização de recursos imediatos dos repasses do FUNDEB, observadas as normas contidas no artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 3.771 de 26 de dezembro de 2005, e disposições em contrário.

Tatuí, 27 de Novembro de 2007.

**LUIZ GONZAGA VIEIRA DE CAMARGO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Paulo Sérgio da Silva**  
**Secretário de Governo e Negócios Jurídicos**



# Prefeitura Municipal de Tatuí

## GABINETE

Av. Cônego João Clímaco, 140 – Centro – Tatuí/SP  
Fone: (15) 3259.8400 / Fax: (15) 3251.5174 – CEP 18270.540



### **LEI MUNICIPAL Nº 4.018, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.**

**Marisa Aparecida Mendes Fiusa Kodaira**  
**Secretária da Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Juventude e Lazer.**

Publicada no átrio da Prefeitura Municipal de Tatuí, em 27/11/2007.  
Neiva de Barros Oliveira

(Ofício nº 981/07, da Câmara Municipal de Tatuí).